



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

APONTAMENTOS ACERCA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS INFLUXOS NO SERVIÇO SOCIAL

Christiane Batista Araujo¹
Maria Liege Batista de Araujo²

Resumo: O objetivo do presente artigo é compreender como se processaram a reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal adotada pelo Estado pós-crise de 1970, para, em seguida, apreender as alterações sofridas pelo Serviço Social com enfoque na concepção das Políticas Sociais, que são colocadas como vilãs do orçamento público, promovendo um desmonte do aparato estatal ligado às questões sociais.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva; Crise estrutural; Neoliberalismo; Serviço Social.

Abstract: The objective of this article is to understand the Productive Restructuring and the neoliberal offensive adopted by the State, crisis that began in 1970. In order to understand the changes suffered by the Social Work with a focus on the design of Social Policies are placed as villains of the public budget, promoting a dismantling of the state apparatus linked to social issues.

Keywords: Productive Restructuring; Structural crisis; Neoliberal; Social Work.

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, o capitalismo apresenta-se em uma crise estrutural, colocando novos limites para a reprodução sociometabólica do capital. Esses limites provocaram toda uma reestruturação tanto na esfera produtiva, com o esgotamento do modelo fordista de produção para a adoção do modelo toyotista, quanto no aparato estatal para legitimar e responder aos anseios do setor econômico, adotando, para isso, uma política neoliberal. No caso, as alterações no sistema produtivo articulavam-se com o desmonte do Estado de Bem-Estar Social.

Além disso, devemos compreender que as transformações ocorridas no mundo do trabalho e a reorganização da política estatal colocam novas requisições, competências e condições para a atividade profissional do Serviço Social diante das Políticas Sociais, visto que, segundo Mota e Amaral, a trilha por onde caminham os desafios aos profissionais do Serviço Social "são as novas modalidades de produção e reprodução social da força de trabalho" (MOTA; AMARAL; 1998, p. 24-25), colocando,

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Alagoas. E-mail: chrisbatista1994@gmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Secretaria de Estado de Saúde de Alagoas. E-mail: chrisbatista1994@gmail.com.

assim, novas demandas à profissão³. E todo esse processo se desenvolve em dois planos:

Um, mais visível e imediato, relaciona-se com questões que afetam diretamente o exercício profissional, como é o caso das alterações no mercado de trabalho e nas condições de trabalho profissional; o outro, mais amplo e complexo, refere-se tanto ao surgimento de novas problemáticas que podem ser mobilizadoras de competências profissionais estratégicas, como à elaboração de preposições teóricas, políticas, éticas e técnicas que se apresentem como respostas qualificadas ao enfrentamento das questões que lhe são postas. (MOTA; AMARAL; 1998, p. 25).

Na medida em que o Serviço Social, como qualquer outra profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, para reproduzir-se depende da sua *utilidade social* e de responder às *necessidades sociais*, o presente artigo busca apresentar os influxos que a profissão sofreu com a reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal, com enfoque nas Políticas Sociais. Mas, antes disso, precisamos compreender alguns aspectos da reestruturação produtiva com o agravamento da exploração e mercantilização da força de trabalho e as respostas e ações adotadas pelo Estado para manutenção da reprodução da sociabilidade do capital.

2. ASPECTOS GERAIS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: UMA NOVA REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO DO CAPITAL.

Os anos dourados do modo de produção capitalista (após a Segunda Guerra Mundial) começaram a apresentar os primeiros sinais de crise já no final da década de 1960, tendo como principais expressões: o esgotamento do modelo fordista; a crise no setor petroquímico; a tendência decrescente da taxa de lucro, etc. E, diferentemente das crises anteriores marcadas pela superprodução, a atual é pontuada por uma crise estrutural do capital. Ou seja, apresenta-se de forma global, universal, colocando em risco a própria reprodução da sociabilidade. Até porque ela atinge as três dimensões fundamentais do capital: a circulação, a produção e o consumo, colocando, assim, limites para a ampliação e valorização do capital.

Passou, assim, a requisitar novas formas de organização na produção e de mecanismos de controle do capital sobre a classe trabalhadora. Ou seja, visando à recuperação do ciclo reprodutivo do capital, o empresariado e o Estado se viram compelidos a encontrar alternativas de superação, reestruturando-se para se preservar.

³ Devemos ter clareza de que as demandas são requisições técnico-operativas e, por isso mesmo, “a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam” (MOTA; AMARAL; 1998, p. 25). Pelo contrário, conforme Netto, “os profissionais que defendem uma direção social estratégica para o Serviço Social não podem contentar-se com a sinalização do mercado de trabalho: devem conectá-la à análise das tendências societárias macroscópicas e aos objetivos e valores do projeto social que privilegiam” (NETTO, 1996, p. 123 *apud* MOTA; AMARAL; 1998, p. 26).

Desse modo, uma nova gestão da produção e uma moderna automação tornaram-se instrumentos fundamentais nessa reorganização na esfera produtiva. Como adverte Busnello, neste novo contexto,

O sistema de produção exige ainda mais do trabalho do operário que o fordismo. Isso vale tanto pelas empresas fornecedoras de autopeças como para as fábricas montadoras. A bem da verdade, a intensificação do trabalho atinge o seu auge, pois a mão de obra é empregada ainda mais intensificada que antes. (BUSNELLO, 2005, p.247).

As inovações tecnológicas foram sempre fundamentais para a burguesia industrial, principalmente para driblar as concorrentes e promover maiores taxas de lucro. Como ressalva Busnello, “uma burguesia não pode existir sem renovar permanentemente as forças produtivas” (BUSNELLO, 2005, p.219), visto que as revoluções industriais promoveram todo um processo de reorganização da atividade produtiva e da vida cotidiana⁴. Desde o início da industrialização, portanto, as especializações das funções produtivas foram se intensificando a um processo de racionalização do trabalho.

Conseqüentemente, a industrialização alterou profundamente o cenário das cidades, havendo um grande processo de urbanização, construção de ferrovias, portos, moradias, etc, transformando radicalmente a história da humanidade, “cujos efeitos se fariam sentir em todos os aspectos da vida econômica e social. O processo econômico, porém, foi desigual, marcado por surtos de crescimento e recessões” (BUSNELLO, 2005, p. 223). Ao lado de todo esse crescimento econômico e inovações tecnológicas, ampliaram-se as desigualdades sociais e a pauperização, a polarização entre burguesia e proletário “abre as portas ao conflito de classe de uma contundência sem precedentes” (BUSNELLO, 2005, p. 225).

Nesse momento, há um predomínio da microeletrônica, com a robótica, informática, telecomunicação, etc. “Essas novas tecnologias têm em comum o fato de

⁴ A Primeira Revolução Industrial, por exemplo, ocorrida na Inglaterra no século XVIII, e que depois se difundiu para os demais países, baseou-se na utilização do carvão como fonte principal de energia para mobilizar os motores a vapor de um conjunto de inovações na indústria têxtil. Conforme Busnello (2005, p. 221): “Essas inovações tecnológicas geraram um aumento sem precedentes na produtividade do trabalho. Concomitantemente a essas formas dos equipamentos e processos, surgiram novas formas de organização industrial. O tamanho das unidades produtoras aumentou na medida em que as máquinas e a energia exigiram e possibilitaram a concentração da fabricação, de tal maneira que as oficinas e as salas de trabalho domiciliares artesanais deram lugar às usinas e às fábricas”.

A Segunda Revolução Industrial, por sua vez, ocorrida na segunda metade do século XIX, marcada especialmente pela descoberta de novas fontes de energia, como a eletricidade, e pelo desenvolvimento da indústria química, do petróleo, da automobilística, etc., possibilitou um aumento qualitativo e quantitativo na produtividade, produzindo, assim, objetos que não poderiam ser fabricados com os métodos artesanais do passado – como o automóvel e os aparelhos domésticos.

Por fim, a Terceira Revolução Industrial, iniciada na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e que se encontra em marcha, é marcada pelo uso da eletrônica e da informática, bem como por desenvolvimento da biotecnologia, escalada espacial e robótica, entre outros avanços importantes.

que se baseiam fortemente no conhecimento científico-tecnológico e que conduzem a sistemas de produção altamente integrados” (BUSNELLO, 2005, p. 227). Isso é fruto da transição do modelo fordista para a produção integrada e flexível, na qual o trabalhador “deve ter a capacidade polivalente ou multiespecializada. Já não se falaria de um posto específico e único” (BUSNELLO, 2005, p. 229). No caso, se antigamente o trabalhador apenas conhecia uma parte do processo da produção – basta lembrarmos a sátira de Charlie Chaplin no filme “*Tempos Modernos*” –, agora ele precisa dominar a execução de mais de um processo, pois a qualquer momento pode ser requisitado a desempenhar outras atividades.

O *toyotismo*⁵ emergiu, portanto, como modelo norteador da reestruturação produtiva, alterando a organização do trabalho para aumentar a acumulação de capitais, apresentando, segundo Gounet (1999), seis aspectos gerais:

O primeiro aspecto está relacionado à substituição da produção em massa e em série pela produção puxada pela demanda e pelo crescimento pelo fluxo. O segundo aspecto está vinculado aos princípios do “*just in time*”, ou seja, produzir apenas o necessário, possibilitando um maior aproveitamento do tempo de produção e combatendo o desperdício, visto que “apenas a produção agrega valor ao produto. As outras [operações], embora indispensáveis, não agregam valor. Representam custos e, portanto, é preciso limitar ao máximo o tempo de transporte, estocagem e controle de qualidade” (GOUNET, 1999, p. 26). O terceiro ponto, por sua vez, destaca a racionalização da produção, limitando ao máximo as operações de produção, rompendo, assim, a relação *um homem x uma máquina* e dando vez à implementação da relação *uma equipe x um sistema*. Observa-se, assim, a necessidade de um trabalho em equipe e, conseqüentemente, de um *trabalhador polivalente*, que saiba realizar várias funções na cadeia produtiva quando for necessário⁶. O quarto ponto refere-se à instalação dos princípios do *kaban*. Ou seja,

É uma espécie de placa que indica muitas coisas, porém a mais importante é a peça ou elemento ao qual está ligada. Assim, quando a equipe precisa de um painel para o carro que está montando, pega um painel na reserva. Nesse momento, retira o *kanban* da peça empregada. Este volta ao departamento que fabrica painéis. Essa unidade sabe então que precisa reconstituir o

⁵ De acordo com Gounet (1999), o *toyotismo* foi paulatinamente empregado das décadas de 1950 a 1970, na Toyota, apresentando uma dupla origem: “primeiramente, as empresas japonesas precisavam ser tão competitivas quanto as americanas, e depressa, sob pena de desaparecerem. [...] A segunda origem é a necessidade de aplicar o fordismo no Japão, mas conforme as condições próprias do arquipélago” (GOUNET, 1999, p. 25), sendo Taiichi Ohno considerado o pai do toyotismo.

⁶ Segundo Gounet, tal requisição exigirá uma maior flexibilidade dos trabalhadores, visto que “o trabalho não é mais individualizado e racionalizado conforme o taylorismo” (GOUNET, 1999, p. 27), no qual havia a primazia da especialidade, e a qualificação profissional era destinada apenas para uma atividade específica por operário. O toyotismo, por sua vez, baseado na *automação* (conferindo maior flexibilidade às operações), possibilitou que um operário operasse várias máquinas diferentes. “A intensificação do trabalho atinge o auge. A mão de obra é empregada ainda mais intensamente que antes. [...] Além disso, para trabalhar em equipe o operário tem que ser polivalente. [...] Mas os salários não são corrigidos à altura do aumento da qualificação” (GOUNET, 1999, p. 29-30).

estoque esgotado. Portanto, o *kanban* serve antes de mais nada como senha de comando. (GOUNET, 1999, p. 27).

O quinto objetivo do *toyotismo* é a produção de muitos modelos, mas em série reduzida. No caso, uma mesma linha de montagem deve produzir modelos diferentes e com um período de adaptação das máquinas para novas operações em pouco tempo. Por conseguinte, o sexto aspecto refere-se à integração horizontal entre a filial e as empresas terceirizadas. Tal estratégia é um modo de as grandes empresas reduzirem seus investimentos em capital fixo, subcontratando pequenas e médias empresas para determinadas atividades.

Vale a pena destacar que foram esses aspectos, desenvolvidos no interior da fábrica japonesa, que possibilitou que o toyotismo melhor respondesse à crise econômica dos anos 1970 e à saturação do mercado. E, graças a esse novo sistema produtivo, os fabricantes japoneses ganharam espaço significativo no mercado mundial, penetrando inclusive no mercado norte-americano, como destaca Gounet (1999). Assim, tornou-se um exemplo a ser seguido pelo sistema produtivo mundial.

Todas essas alterações no sistema produtivo rebateram diretamente na vida e na reprodução da classe trabalhadora. Além disso, há o fato de o Estado ter passado a regulamentar toda a flexibilização e retirada de direitos trabalhistas, tais como as terceirizações e os contratos por trabalho intermitente. A agenda da política neoliberal passa a guiar as ações estatais através de medidas como aumento nos impostos e nas taxas de juros para os consumidores (os trabalhadores), cortes nos programas sociais, privatizações, etc, o que rebaterá diretamente no planejamento, organização e execução das Políticas Sociais.

Clarifica-se, portanto, que a classe trabalhadora é sempre prejudicada com a subordinação do trabalho ao capital. Se durante o início da grande indústria havia péssimas condições de trabalhos (como constantes acidentes na produção, utilização da mão de obra infantil e altíssimas jornadas de trabalho etc.), com a reestruturação produtiva a automação da produção baseada na *flexibilização do trabalho* oculta ainda mais a desvalorização do homem diante do capital. É perante esse panorama, colocado pela crise de 1970, que precisamos olhar para o Serviço Social e compreender suas novas especificidades, bem como as transformações ocorridas nas Políticas Sociais legitimadas pelo Estado. É isso que fazemos a seguir.

3. O SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS PÓS-1970.

Com o agravamento da crise estrutural do capital, as Políticas Sociais universais são acusadas pelos neoliberais de propiciarem “o esvaziamento de fundos públicos,

‘mal gastos’ em atividades burocratizadas” (MONTAÑO, 2012, p. 188). Até a jovem Constituição brasileira de 1988 e sua concepção de Seguridade Social – constituída pela Previdência Social, Saúde e Assistência –, por exemplo, são colocadas como vilãs do orçamento público. Desse modo, o neoliberalismo visa à reconstituição do mercado, reduzindo ou até mesmo acabando com a intervenção social do Estado em várias áreas e atividades⁷.

Portanto, segundo Montañó, “a desregulação e flexibilização das relações trabalhistas e a reestruturação produtiva vão de mão da reforma do Estado, particularmente na sua desresponsabilização da intervenção na resposta às sequelas ‘*questão social*’” (MONTAÑO, 2012, p. 188). Logo, “a crítica neoliberal ao Estado de Bem-Estar é centrada em oposição àqueles elementos da política social que implicam a desmercantilização, solidariedade social e coletivismo” (LAURELL, 1995, p. 163, *apud* MONTAÑO, 2012, p. 188).

Nota-se uma nova estratégica hegemônica do grande capital, de reestruturação produtiva, de reforma do Estado, de financeirização do reinvestimentos do capital, que envolve um novo tratamento à *questão social*. Tal lógica visa a acabar com a condição de direito das Políticas Sociais e Assistenciais – “com seu caráter *universalista*, com a *igualdade de acesso*, com a base de *solidariedade e responsabilidade social e diferencial* (todos contribuem com o financiamento e a partir das capacidades econômicas de cada um)” (MONTAÑO, 2012, p. 189). E, no seu lugar, cria-se e valorizam-se a lógica de atividade filantrópica, voluntária, ou um serviço comercializável.

Como adverte Laurell (1995, p. 163, *apud* MONTAÑO, 2012, p. 189):

as estratégias concretas idealizadas pelos governos neoliberais para reduzir a ação estatal no terreno do bem-estar social são: a privatização do financiamento e da produção de serviços; cortes de gastos sociais, eliminando-se programas e reduzindo-se benefícios; canalização [focalização] dos gastos para os grupos carentes; e descentralização em nível local.

Fica clara, assim, a transferência das responsabilidades do Estado para o próprio sujeito, cabendo aos indivíduos portadores de necessidades “a responsabilidade pela satisfação dos seus carecimentos, ora vinculando-se à autoajuda e à ajuda mútua, ora adquirindo os serviços como mercadorias” (MONTAÑO, 2012, p. 190).

⁷ Antes de tudo, devemos destacar, segundo Lessa, que “apenas em mito o Estado de Bem-Estar serviu aos trabalhadores e apenas na fantasia mais descompromissada com o mundo real poder-se-ia fazer do Estado atual um Estado de Bem-Estar. [...] O Estado, com uma dureza ontológica tão marcante quanto o fato de que um submarino não serve para voar, não presta para finalidade alguma que não seja a dominação dos trabalhadores pela classe dominante” (LESSA, 2013, p. 224).

Conforme Montaño, a divisão das atividades ou áreas que permanecem sobre a responsabilidade estatal ou aquelas que serão privatizadas e passam ao terceiro setor ocorre da seguinte forma: “Aquelas atividades e serviços sociais ou funções assistenciais que não representam um lucro interessante para a ‘iniciativa privada’ serão mantidas no Estado” (MONTAÑO, 2012, p. 190); já o processo de privatização dependerá da existência ou criação de uma demanda para serviços privados⁸ e

que essa demanda provenha de segmentos de renda suficiente, que existam incentivos fiscais ou transferência de fundos públicos para empresas “cidadãs” que assumem as atividades sociais, ou até que o Estado subcontrate (de forma terceirizada) os serviços privados. (MONTAÑO, 2012, p. 190-191).

Desse modo, as Políticas Sociais passam a ser mais focalizadas em uma parcela da população carente de determinados serviços pontuais, apresentando como justificativa a crise financeira e a impossibilidade de financiar um sistema universal de Seguridade Social e que então necessita focalizar a população mais carente. Além disso, ocorre uma descentralização administrativa, o que ocasiona uma desconcentração financeira e executiva, mas mantendo a centralidade normativa e política. No caso, a descentralização ocorre de duas formas: pela transferência de responsabilidade dos órgãos federais ou para as instâncias municipais, ou para as organizações do chamado *terceiro setor*, pela privatização. Por sua vez, o resultado disso

tem sido a clara precarização ou eliminação das respostas estatais às necessidades/demandas sociais, fundamentalmente para os municípios mais pobres, sem recursos, portanto, sem capacidade de financeirização de uma rede hospitalar ou até de policlínicas estatais, de escolas públicas de qualidade, de infraestrutura urbana, de políticas sociais e de assistência adequada. (MONTAÑO, 2012, p. 192).

Por sua vez, o tratamento pontual e emergencial das refrações da *questão social* por parte do Estado, além de não resolver os problemas, “confirma e perpetua a dependência dos setores carentes por esse tipo de resposta, consolida as desigualdades sociais preexistentes, elimina a política social como direito do cidadão e até fomenta o clientelismo” (MONTAÑO, 2012, p. 195), havendo ainda, segundo Montaño, uma *refilantropização* das respostas à *questão social*.

Na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal (precária, focalizada e descentralizada, ou seja, ausente em certos municípios e regiões e sem cobertura para significativos grupos populacionais) e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se para a órbita da “*sociedade civil*” a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou autoajuda. É nesse espaço que surgirá o que é chamado de

⁸ Esses serviços sociais, segundo Costa, estão vinculados “ao desenvolvimento das forças produtivas e ao processo de constituição de novas necessidades coletivas, necessidades estas que passam a ser de interesse do capital, transformando o seu atendimento em atividades lucrativas” (COSTA, 1998, p. 101). Evidencia-se, portanto, um movimento de expansão e centralização do capital em todos os setores da vida cotidiana. “É nessa perspectiva que os serviços representam uma espécie de industrialização da esfera da reprodução” (COSTA, 1998, p. 109).

“terceiro setor”, atendendo a população “excluída” ou parcialmente “integrada”, um quase “não cidadão”. Isso cai como “uma luva” na mão do projeto neoliberal. (MONTAÑO, 2012, p. 197).

Todo esse processo de precarização da intervenção estatal, de *refilantropização* da *questão social*, acompanhada da *mercantilização de serviços sociais*, consolida *três modalidades de serviços* de qualidade distintas – “o privado/mercantil, de boa qualidade, o estatal/‘gratuito’, precário, e o filantrópico/voluntário, geralmente de qualidade duvidosa” (MONTAÑO, 2012, p. 198); e, assim, *três categorias de cidadãos*, que, segundo Montaña, são: “os ‘integrados’/consumidores de serviços mercantilizados, os ‘excluídos’/usuários de serviços estatais precários, focalizados e descentralizados, e os ‘excluídos’/assistidos pela caridade e filantropia do *terceiro setor*” (MONTAÑO, 2012, p. 198).

Essas transformações rebateram no Serviço Social, visto que as Políticas Sociais “constituem a *base de sustentação funcional-ocupacional*” (MONTAÑO, 2012, p. 244) da profissão. E, se elas estão sofrendo significativas alterações, pode-se afirmar que “a profissão de serviço social tende a sofrer transformações relevantes na sua demanda e no seu campo de atuação, na sua modalidade de intervenção e no seu vínculo empregatício” (MONTAÑO, 2012, p. 244)⁹.

Assim sendo, as reformas pós-crise de 1970 afetam expressiva e significativamente a profissão, como “no tipo e qualidade da demanda dirigida ao profissional, nas condições de trabalho do assistente social, na modalidade interventiva, na eventual tendência ao aumento do desemprego e subemprego profissional, na descaracterização da profissão” (MONTAÑO, 2012, p. 246).

Verifica-se também um processo de *desprofissionalização* do atendimento social, para a redução de “custos” dos serviços sociais e assistenciais. Os assistentes sociais, logo, estão entre os “custos” que podem ser cortados para diminuição das despesas, remetendo, assim,

à clara precarização das condições de trabalho do assistente social, sua terceirização e/ou sua substituição por agentes de menor preparo e salários mais baixos (ou voluntários), precarizando/reduzindo a demanda por assistentes sociais, o que, por seu turno, se reflete negativamente na qualidade daqueles serviços. (MONTAÑO, 2012, p. 249).

Para Montaña, a tendência neoliberal, ao possibilitar uma suposta transferência dos serviços e assistência social do Estado para o setor privado, não está obrigatoriamente promovendo paralelamente “uma passagem do Serviço Social do

⁹ Destaca-se, segundo Montaña, que o assistente social “é que é o agente de implementação da política social (instrumentalizado por esta), e não o contrário, a política social o instrumento de intervenção profissional. [...] Nesse sentido, assim como o trabalhador da indústria depende da máquina para trabalhar (estando ela sob o comando do capital), o assistente social depende da política social para se desempenhar profissionalmente, esta, no âmbito do Estado, sob o comando do capital” (MONTAÑO, 2012, p. 244-245).

Estado para o chamado ‘terceiro setor’, como muitas vezes se supõe. Não há uma passagem de ‘práticas profissionais’ dos assistentes sociais (no âmbito do Estado) para ‘práticas filantrópicas’ deles mesmos” (MONTAÑO, 2012, p. 257-248). Pelo contrário, observamos uma perda paulatina no mercado de trabalho para os assistentes sociais em detrimento do aumento de ações filantrópicas e voluntárias. Isso reflete não apenas uma mudança na forma da prática ou no vínculo ocupacional da profissão, mas também como se dá as respostas das sequelas da *questão social*.

A *questão social*, por sua vez, passa a ser objeto de um violento processo de criminalização que atinge a classe trabalhadora, como destaca Iamamoto (2001). Em vez de ela ser objeto de uma ação sistemática do Estado, volta-se ao passado no qual era concebida como caso de polícia ou da caridade. “Na atualidade, as propostas imediatas para enfrentar a questão social no país atualizam a articulação assistência focalizada/repressão, com o reforço do braço coercitivo do Estado” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Diante desse quadro de criminalização (ou, em certas circunstâncias, de naturalização) da *questão social* e ataque do ideário neoliberal, tornou-se de fundamental importância a luta pela defesa dos direitos sociais e, conseqüentemente, das políticas sociais, tendo em mente que essa luta não é de responsabilidade apenas de segmentos profissionais, como o Serviço Social, mas da classe trabalhadora¹⁰. Além disso, há o fato de a luta social no campo de direitos ser contraditória e limitada, pois, conforme Abreu,

ao mesmo tempo em que pode apresentar-se numa perspectiva progressista, apontando para a superação da ordem do capital, historicamente até as experiências mais avançadas, em países centrais, constituem-se de forma extremamente seletiva e excludente, tanto internamente, nos referidos países, quanto, e principalmente, em relação aos países periféricos, considerando que a contínua superexploração das massas populares nessas nações periféricas traduz uma precondição das melhorias das condições de vida das suas equivalentes nos países centrais. (ABREU, 2016, p. 271).

Essa inserção do Serviço Social no processo de luta da defesa e ampliação dos direitos sociais “vem configurando um espaço privilegiado de expressão e avanço da construção do atual projeto ético-político-profissional” (ABREU, 2016, p. 271), do qual os assistentes sociais devem se valer de modo estratégico para conseguir a inserção dos seus usuários nas políticas sociais ou serviços sociais dentro das instituições onde atuam (sejam estatais, sejam privadas).

A formulação de um projeto profissional crítico à sociedade burguesa “é uma demanda dos segmentos da sociedade que recebem os serviços prestados pelo

¹⁰ Como destacado por Marx e Engels, apenas o proletariado constitui uma classe verdadeiramente revolucionária, “não tem nada a perder, além de seus grilhões. Tem um mundo a conquistar” (MARX; ENGELS, 2008, p. 64).

assistente social, e não apenas uma condição de grupos ou do coletivo profissional” (GUERRA, 2007, p. 9), pois, por mais variada que seja a demanda profissional, a sociedade/população sabe bem o que se espera do assistente social.

A profissão já construiu um reconhecimento social, mas também encontra-se permanentemente permeada pelas demandas democráticas da sociedade, obtidas nas áreas da assistência social, da infância, da saúde, do idoso, da previdência social e outros. Em que pese o fato de estas conquistas serem expressão das lutas da classe trabalhadora, elas são também tributárias da luta da categoria coletivamente organizada que direta ou indiretamente (por meio de suas entidades representativas) foi às ruas clamar por justiça, somando-se aos diversos segmentos da classe trabalhadora e dos segmentos vulnerabilizados. (GUERRA, 2007, p. 11).

Por isso, no momento atual, verificamos a reivindicação por *projetos profissionais*¹¹ críticos, que permitam ao assistente social tanto a apreensão da dinâmica da sociedade, para além da imediatividade, quanto a realização de uma prática profissional consciente. Contudo, devemos ter claro que um projeto profissional é “sempre produto da luta e correlação de forças de sujeitos coletivos que representam tanto interesses particulares quanto universais” (GUERRA, 2007, p. 24), e, por isso mesmo, dentro do interior de uma profissão não há como haver apenas um único projeto, mas sim uma variedade dele.

Cada um deles indica uma forma de interpretar a natureza e o significado da profissão na divisão social e técnica do trabalho. Aos diferentes projetos profissionais correspondem valores, bem como modos de operar que estejam em consonância com eles; a eles correspondem projetos de sociedade que reforçam a manutenção (conservação) do sistema ou defendem a ruptura com ele. (GUERRA, 2007, p. 28-29).

E, atualmente, o que se coloca em jogo, com a ofensiva neoliberal e a reestruturação produtiva, não é apenas a hegemonia do projeto ético-político profissional, que desde a *intenção de ruptura* se coloca em prol da classe trabalhadora, mas sim a defesa e luta por outra sociabilidade sem as rédeas do capital, pela emancipação humana.

Por fim, vale reiterar que o projeto neoliberal subordinou “os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias” (IAMAMOTO, 2008, p. 149). A reestruturação produtiva veio para flexibilizar e agravar ainda mais a exploração da força de trabalho, reorganizando não só as fábricas, mas também a vida social dos homens para impulsionar e salvaguardar a reprodução do capital. É nessa dinâmica tensa do cotidiano, de constantes ataques à vida dos trabalhadores, que precisamos lançar luz à filosofia marxiana e à tradição

¹¹ Segundo Guerra (2007, p. 23), “um projeto profissional constitui-se como uma guia para a ação, posto que estabelece finalidades ou respostas/ideias para o exercício profissional e as formas de concretizá-lo. Seu âmbito é o da sistematização em nível da consciência que se tem dos processos e práticas sociais, das finalidades propostas e dos meios para a sua realização. Para tanto, faz-se necessária uma problematização crítica sobre as tendências e perspectivas teóricas, metodológicas, éticas, políticas e operativas existentes no interior da profissão”.

marxista se quisermos apreender a dinâmica do desenvolvimento do mundo dos homens e, assim, as particularidades da atual sociabilidade burguesa.

4. CONCLUSÃO

Observamos que são os trabalhadores e os segmentos mais pauperizados os mais prejudicados com as reorganizações no sistema produtivo voltados para a acumulação e reprodução do capital. Logo, diante de uma crise estrutural, na qual as taxas de lucros no sistema produtivo decrescem mundialmente, o ônus recai sobre os trabalhadores que se tornaram polivalentes. A estes é imposta a realização de várias operações distintas, além de contratos de trabalhos cada vez mais instáveis, flexíveis, como as subcontratações e as terceirizações. E todo esse processo de exploração constante da força de trabalho se dá pelo auxílio do Estado neoliberal, que através de leis, decretos e auxílios fiscais garante a legalidade da subordinação do trabalho ao capital. Isso implica diretamente a concepção sobre os direitos sociais, as Políticas Sociais e, conseqüentemente, as ações desenvolvidas pelo Serviço Social, pois se as Políticas Sociais, como Política Pública, passam a ser hostilizadas, sendo seus programas e beneficiários os responsáveis pelo esvaziamento do orçamento público, como querem afirmar os economistas políticos, acabam legitimando a retirada da responsabilidade do Estado diante das questões sociais, transferindo-as para a responsabilidade do terceiro setor, da filantropia e da sociedade civil. Assim, contemporaneamente, aumenta-se o número de assistentes sociais que desenvolvem sua atividade profissional no setor privado ou em organizações não governamentais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

BUSNELLO, Ronaldo. **Processo de produção e regulação social**. Ijuí: Unijuí, 2005.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. **Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços**. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo: na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XXVIII, n.91, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo.** Temporalis, Brasília, ano 2, n.3, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LESSA, Sergio. **Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social.** In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.